



# Jornal do CFO



Jornal do Conselho Federal de Odontologia | Ano 13 | Nº 66 | Mai-Jun de 2005 | 282.998 exemplares

## PREFEITURAS

CFO e Dabi Atlante assinam acordo de parceria que complementa o prêmio criado pelos Conselhos de Odontologia com o fim de homenagear o município brasileiro que mais investir em saúde bucal. A prefeitura vencedora receberá em abril de 2006 um consultório completo doado pela Dabi.

*Fiscalizar a ética é um compromisso diário dos Conselhos Profissionais há 41 anos.*

A palavra ética tem sido bastante pronunciada ultimamente, graças a suspeitas e evidências de comportamento anti-ético dentro do Congresso e do Governo Federal. O momento é grave, mas a desesperança deve ser descartada. Ao invés do imobilismo, o Brasil necessita que cada cidadão exerça o papel que lhe é de direito: o de fiscal das instituições democráticas nacionais. O Conselho Federal de Odontologia nasceu há 41 anos tendo na ética sua

missão primordial e sabe a importância da ação, bem como da punição exemplar. Sempre que necessário, CFO e CROs não hesitam em “cortar na própria carne” – para usar uma expressão usada recentemente pelo presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva. Esta é a razão de existir dos Conselhos. Só nos últimos cinco

anos mais de 4 mil processos éticos foram instaurados nos CROs, por desvios cometidos por profissionais. O próprio paciente – acima de tudo um cidadão – é um aliado importantíssimo nesta luta. Quanto ao Executivo e o Legislativo, espera-se que neste momento

cada um cumpra sua parte. Que o Governo investigue e deixe investigar. E que a oposição tenha compostura e sobriedade nas CPIs. Mas, principalmente, que ambos, a despeito da luta política que se trava em ano pré-eleitoral, respeitem o direito do eleitor de saber a verdade. Disso depende a credibilidade de todo o sistema. Aliás, o Congresso tem a oportunidade histórica de le-

var adiante uma reforma que torne nosso sistema político mais transparente. Uma lei, evidentemente, não será capaz de mudar o caráter humano; no entanto, ela pode restringir as oportunidades de corrupção. É o que a imensa maioria de brasileiros honestos espera que aconteça. O CFO tem esperança de que os poderes constituídos mostrem que também possuem, assim como os Conselhos Profissionais, um compromisso com a ética. Investindo palavras e exemplos.

5

### SOFTWARE LIVRE

*CFO estuda implementação de programa livre no sistema informatizado dos Conselhos de Odontologia*

9

### OPERADORAS

*CFO estimula e acompanha a criação, pelos CROs, de Comissões para discutir a relação com convênios e credenciamentos*

12

### MENSALÃO

*Deputados Rafael Guerra (PSDB-MG) e Henrique Fontana (PT-RS) discutem a importância da ética na atuação política*



# Nem tudo é crise

**Dr. Miguel Nobre**  
Presidente do CFO

Como diria o grande humorista Barão de Itararé (1895-1971) sobre a atual crise nacional, “quem não está perplexo, está mal informado”.

Até o fechamento desta edição do Jornal do CFO, a crise do Mensalão já havia afetado a reputação de partidos governistas e opositoristas, parlamentares e estatais. De uma forma geral, o que revelam as investigações coordenadas pela Polícia Federal, o Ministério Público e o Tribunal de Contas da União, e acompanhadas de perto pelas CPMIs (Comissões Parlamentares Mistas de Inquérito) dos Correios e do Mensalão e pela imprensa, é que, como um câncer, a corrupção resiste em ser extirpada do poder público.

No entanto, a despeito de todos os desvios éticos que estão sendo investigados, vale lembrar que a crise não deve servir de fermento para generalizações. Se houve, como tudo leva a crer, comportamento anti-ético em setores do Executivo e do Legislativo federais, que seus responsáveis sejam punidos exemplarmente. As instituições brasileiras terão passado

por mais um teste crucial de sua história. O que não se pode, por outro lado, é cometer a tremenda injustiça de esquecer tudo aquilo que fizeram de positivo os mesmos Congresso Nacional e Governo Federal.

Em relação ao governo do presidente Lula, há que se reconhecer a coerência e o empenho revelados no campo da saúde bucal. Os números do programa “Brasil Sorridente” não deixam mentir. Em dois anos e meio, foram criadas cerca de 10 mil equipes de saúde bucal e 140 Centros de Especialidades Odontológicas, gerando quase 15 mil empregos diretos para cirurgiões-dentistas e levando atendimento especializado à parcela mais pobre da população.

Em relação aos parlamentares, basta citar a séria e atuante Frente Parlamentar de Saúde, que tem entre seus deputados e senadores aliados fiéis da Odontologia.

Há gente comprometida trabalhando pelo bem público. Somos testemunhas.

**FALE COM O PRESIDENTE DO CFO**  
[presidente@cfo.org.br](mailto:presidente@cfo.org.br)



Sede do CFO no Distrito Federal:  
SHC-AO-Sul-EA-02/08-Lote 05  
Ed. Terraço Shopping | Torre A/sala 207 |  
Bairro Otogonal | Brasília/ DF  
CEP 70660-020  
Tel: (61) 3234-9909 | Fax: 3226-1737  
[cfo@cfo.org.br](mailto:cfo@cfo.org.br) | [www.cfo.org.br](http://www.cfo.org.br)

Escritório no Rio de Janeiro:  
Av. Nilo Peçanha, 50, Grupo 2316 | Rio de Janeiro/ RJ | CEP: 20020-100  
Tels: (21) 2122-2200 |  
Fax: (21) 2122-2229 e 2122-2230

Editor e Jornalista Responsável:  
Marcelo Pinto (MTB 19936)/  
Sol Comunicações Ltda.  
Repórteres:  
Ana Freitas, Alan Charles e Vitor Monteiro/  
Rio de Janeiro;  
Fábio Marçal/DF  
Fotos: Vanor Correia (Descrição da Imagem)  
Projeto Gráfico e Edição de Arte:  
Metara Comunicação Visual  
([estudiometara@terra.com.br](mailto:estudiometara@terra.com.br))  
Assessoria, Divulgação e Publicidade  
Roberto Fonseca - (21) 9965-2617  
Perfil Impresso Assessoria  
e Planejamento Gráfico Ltda.

Sugestões e colaborações para o Jornal do CFO: [jornal@cfo.org.br](mailto:jornal@cfo.org.br)

Artigos assinados não refletem, necessariamente, a opinião do CFO e são de responsabilidade dos autores.

Esta autarquia federal, auditada pelo Tribunal de Contas da União, atesta que o Jornal do Conselho Federal de Odontologia possui tiragem de 282.998 mil exemplares, distribuídos para todos os profissionais de Odontologia inscritos nos Conselhos Regionais, bem como para associações científicas, academias, sindicatos, federações sindicais, universidades, centros de ensino, Congresso Nacional e órgãos da Saúde, Educação e Trabalho ligados às esferas municipal, estadual e federal.

## DESTAQUE

# Recadastramento

Após nove meses, 14.789 profissionais de odontologia fizeram o recadastramento nacional, que além da atualização de dados cadastrais inclui a emissão de uma nova cédula de identidade e uma pesquisa completa sobre o perfil dos CDs, TPDs, THDs, ACDs e APDs de todo o País - que somam hoje exatos 277.556 profissionais.

Para o tesoureiro do CFO Lester Pontes de Menezes, que integra a comissão responsável por esta iniciativa, a melhor forma de acelerar o recadastramento é informar a classe sobre suas vantagens. “Menos de 10% do total de inscritos em todos os Conselhos Regionais ainda é pouco, mas creio que uma campanha de divulgação mais incisiva pode fazer com que esse

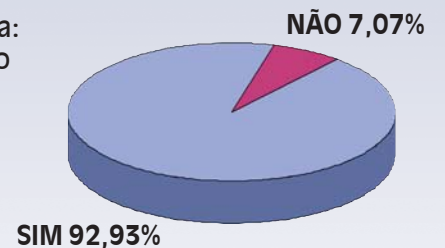
número avance rapidamente”, aposta. Menezes cita o exemplo do CRO-RJ que, em um estande montado no 17º Congresso Internacional de Odontologia do Rio de Janeiro, em julho, recadastrou em apenas quatro dias cerca de mil profissionais. “Isso prova que o que está faltando não é disposição do profissional, mas divulgação”, avalia, sugerindo que outros CROs adotem a estratégia bem-sucedida no Rio de Janeiro.

Para fazer o recadastramento basta ir à sede ou delegacia de seu CRO - ou a um posto avançado como um estande instalado em um evento.

Até agora os maiores contingentes de profissionais recadastrados, estão, pela ordem (proporcionalmente), em Mato Grosso do Sul, Rondônia, Amapá e Sergipe.

## SUA OPINIÃO

O CFO perguntou na edição passada: “Você concorda que a interiorização de cirurgiões-dentistas poderá reduzir a concentração de CDs nas grandes cidades?”  
Veja a resposta da classe pela Internet:



O CFO quer **Sua Opinião** na próxima edição:  
**O cirurgião-dentista clínico geral deve atender nos Centros de Especialidades Odontológicas (CEOs)?**

Participe: [www.cfo.org.br](http://www.cfo.org.br)

## PLENÁRIO

### Presidente

Miguel Álvaro Santiago Nobre (RS)  
[presidente@cfo.org.br](mailto:presidente@cfo.org.br)

### Vice-Presidente

Ailton Diogo Morilhas Rodrigues (MS)  
[vice-presidente@cfo.org.br](mailto:vice-presidente@cfo.org.br)

### Secretário-Geral

Marcos Luis M. de Santana (SE)  
[secretario@cfo.org.br](mailto:secretario@cfo.org.br)

### Tesoureiro

Lester Pontes de Menezes (RO)  
[tesoureiro@cfo.org.br](mailto:tesoureiro@cfo.org.br)

### Conselheiros

Emanuel Dias de Oliveira e Silva (PE)  
[emanuel@cfo.org.br](mailto:emanuel@cfo.org.br)  
José Mário Morais Mateus (MG)  
[josemario@cfo.org.br](mailto:josemario@cfo.org.br)  
Mário Ferraro Tourinho Filho (BA)  
[marioferraro@cfo.org.br](mailto:marioferraro@cfo.org.br)

Roberto Eluard da Veiga Cavali (PR)  
[robertocavali@cfo.org](mailto:robertocavali@cfo.org)  
Rubens Côrte Real de Carvalho (SP)  
[rubenscorte@cfo.org.br](mailto:rubenscorte@cfo.org.br)

Anísia Maria Fialho Abdala (MA)  
Benício Paiva Mesquita (CE)  
Genésio Pessoa de A. Júnior (TO)  
Hilberberto Cordeiros Lins (AL)  
Jorge dos Passos Corrêa Cobra (SC)  
José Alaor Demartini Penna (MT)  
José Ferreira Campos Sobrinho (RN)  
Laércio Villela Barros (ES)  
Lucimar de Sousa Leal (PI)  
Manoel Leopoldo Filho (RR)  
Maria Carmen de A. M. Jardim (PB)  
Maria Izabel de Souza Á. Ramos (AP)  
Marluiz Nunes de Freitas (AC)  
Messias Gambôa de Melo (PA)  
Rutílio Caldas Pessanha (RJ)  
Selene Machado Costa Guedes (AM)  
Wilson Carneiro Ramos (GO)



# ADL: utopia em ação

## CFO recebe o presidente da Associação Dentária Lusófona para discutir estratégias de ação para abrir mercado na África

O Conselho Federal de Odontologia recebeu, no dia 16 de julho, no Rio de Janeiro, o presidente da Associação Dentária Lusófona (ADL), o português Manuel Fontes de Carvalho, que veio acompanhado do presidente da Ordem dos Médicos Dentistas (OMD), de Portugal, Orlando Monteiro da Silva. Eles vieram conversar sobre a situação atual e as perspectivas de ação para a ADL – na qual também têm assento o presidente do CFO Miguel Nobre (como vice-presidente); o vice Ailton Rodrigues (1º secretário); o secretário-geral Marcos Santana (2º secretário) e o tesoureiro Lester de Menezes (2º tesoureiro).

Foi avaliada a situação, no campo da saúde, dos países africanos de língua portuguesa e os meios de promover o fomento do mercado odontológico no continente – especificamente, em São Tomé e Príncipe, Cabo Verde, Guiné Bissau, Angola e Mocambique, que integram a ADL ao lado de Timor Leste, Portugal e Brasil.

O presidente da ADL fez um relato sobre os contatos travados com os países africanos. Segundo Manuel Carvalho, Cabo Verde apresenta as melhores condições para o início do trabalho da ADL. “Estou convencido de que se conseguirmos fazer uma reunião produtiva neste país, teremos dado um passo de gigante para chegarmos aos outros países. O que nos interessa é identificar os colegas pelo contato direto”, disse ao Jornal do CFO. Está programada para 2006 uma jornada científica em Cabo Verde, que possui cerca de 30 cirurgiões-dentistas para uma população de 415 mil habitantes.

O contato com estes países tem exigido muito esforço da ADL, visto que seus governos não possuem informações epidemiológicas nem o registro dos cirurgiões-dentistas em atuação. Uma primeira oportunidade de reunir representantes de todos os países de língua portuguesa deverá ocorrer em novembro, durante o XIV Congresso da OMD, em Lisboa.

### Parcerias

Mas o ponto alto da reunião foi a discussão sobre parcerias. Além da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa



O vice-presidente da ADL Miguel Nobre e o presidente Manuel Fontes de Carvalho

(CPLP), – que deu seu apoio desde a criação da ADL, em 2004 –, foi proposto o ingresso na Federação Dentária Internacional (FDI). Membro recém-empossado da diretoria da FDI, o presidente da OMD Orlando Monteiro assegurou que tal ingresso, além de significar custo zero, deve colaborar para dar visibilidade internacional para a ação da ADL. “A FDI promove parcerias com países onde a odontologia é pouco desenvolvida, como já fez em relação à China”, exemplificou.

### Indústria brasileira

O presidente da ADL defendeu a participação da indústria odontológica brasileira como uma parceira estratégica. “A ADL pode ser um veículo primordial para a entrada da indústria brasileira”. Carvalho observou que a indústria nacional pode exercer um papel “pioneiro” no continente africano. “Em parceria, poderemos criar condições de trabalho para nossos associados, desde que a indústria brasileira compreenda que o investimento não deve ocorrer numa perspectiva de lucro imediato, mas de olho no futuro”, completou.

Carvalho salienta que a iniciativa da ADL não foi “inventada agora”. “Eu costumo dizer que a ADL é um sucessor da associação dos dentistas de língua francesa, que está a trabalhar nesse terreno há muitos anos, com resultados muito positivos. Por exemplo: a indústria francesa está hoje bem situada no mercado

africano de língua francesa, e estes países estão a receber dentistas franceses em regime de rotação, ou de fixação até”, revela. Na sua opinião, os diretores da ADL desempenharão o papel de “embaixadores da odontologia”.

“Temos (Brasil e Portugal) universidades, tecnologia, tradição, então creio que haja condições para isso. Se agora nada está feito (na África), seguramente há condições de se desenvolver”.

### Brasileiros e portugueses

Além da FDI e da indústria brasileira, a ADL avaliou ser fundamental a parceria de organizações não-governamentais e de instituições como o Sebrae (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas), que já desenvolve trabalhos na África de língua portuguesa. Foi reiterada, sobretudo, a importância de Brasil e Portugal como “os dois países candidatos a fornecedores de profissionais e técnicas”.

Participaram também da reunião, além do presidente do CFO Miguel Nobre, o vice Ailton Rodrigues, o secretário-geral Marcos Santana e o tesoureiro Lester de Menezes, acompanhados dos conselheiros Roberto Eluard da Veiga Cavali e Rutilio Pessanha, do superintendente executivo Márcio Coimbra e do procurador jurídico Luiz Edmundo Gravatá Maron.

## Portugal: não há vagas

Se o mercado da África é promissor, o de Portugal já está saturado. O presidente da Ordem dos Médicos Dentistas Orlando Monteiro fez o alerta durante o 17º Congresso Internacional de Odontologia do Rio de Janeiro: a odontologia portuguesa – ou “medicina dentária”, como lá é chamada – está no seu limite, com 5 mil cirurgiões-dentistas para 10 milhões de bocas.

O recado é para o Brasil: segundo a OMD, em 2003 os brasileiros formavam o maior contingente de CDs estrangeiros no país. Exatos 538, ou mais de 10% do total, eram de nacionalidade brasileira.

Não se trata de reserva de mercado, garante o presidente da entidade responsável pela inscrição dos profissionais que atuam em Portugal. As evidências confirmam: em Portugal a odontologia é 98% privada; 2% referem-se às Forças Armadas.

Desde o acordo assinado em abril de 2000, entre Brasil e Portugal, o exame de equivalência curricular é obrigatório para o profissional obter a inscrição na OMD. Tal título só pode ser dado por uma das três universidades públicas do país: Lisboa, Porto ou Coimbra, que estão atualmente assoberbadas de pedidos de brasileiros. Não há equivalências automáticas.

“Muitas vezes, são os brasileiros instalados os primeiros a dizer que não é possível vir mais gente”, diz o presidente da OMD. Ele aproveita para denunciar uma nova forma de exploração profissional em seu país: a de brasileiros que contratam compatriotas recém-chegados – em situação ilegal – pagando salários baixíssimos. “Alguns aproveitam a dificuldade destas pessoas que vão para Portugal com a justa ambição de subir na vida.”

Para o presidente do CFO Miguel Nobre, estas informações devem ser levadas a sério por cada colega que sonha em se instalar na Europa.



**PARA OS CDS QUE ESTÃO PENSANDO EM TRABALHAR EM PORTUGAL, MAIS INFORMAÇÕES NO SITE: [www.ombd.pt](http://www.ombd.pt)**

# Piso salarial: votação urgente

**O deputado Geraldo Thadeu apresenta requerimento de urgência para a votação do Projeto de Lei 4556/94, que estipula o novo piso salarial de médicos e cirurgiões-dentistas.**



O vice do CFO, o pres. da Câmara e o autor do requerimento

No início de junho, o deputado Geraldo Thadeu (PPS-MG) acompanhado do vice-presidente do CFO Ailton Diogo Rodrigues e de membros do CRO-DF, en-

tregou em mãos o requerimento 2942/2005 – aprovado pelos líderes da Câmara – ao presidente da Câmara Severino Cavalcanti, que se comprometeu a colocar o projeto em regime de urgência na pauta de votações da Casa.

## PL aprovado por unanimidade na CCJC

Dias antes, em 19 de maio, a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara, aprovava, por unanimidade, o substitutivo do Senado Federal ao Projeto de Lei 4556/94 (do deputado Virmondés Cruvinel), que define o valor do piso em R\$ 1.337,32 (20 horas semanais). A proposta ori-

ginal fixava o piso salarial em 988,41 URV (Unidade Real de Valor), referência monetária criada em 1994 para preparar a transição da moeda então vigente – Cruzeiro Real – para o Real, cujo valor correspondia, na época, a um dólar. A proposta modifica a Lei 3999/61, que estabelece atualmente em três salários mínimos o piso das

duas categorias.

Conforme o Jornal do CFO antecipado na edição passada, deputados e senadores de diversos partidos já defendiam a aprovação deste projeto que tramita há 11 anos na Casa.

Em sendo aprovado, o projeto precisará apenas da sanção do presidente da República para virar lei.

## De olho no Senado

O CFO tem buscado contato com o senador Delcídio Amaral para tratar do PLC 79/02 (4 horas diárias para CD da administração pública federal direta, autarquias e fundações federais), sem sucesso. Relator do projeto, que está na Comissão de Constituição e Justiça do Senado, Amaral anunciou que seu parecer será pela rejeição.

Em Brasília, a assessoria do senador chegou a agendar uma audiência em seu escritório em Campo Grande (MS), da qual participa-

ria o vice do CFO Ailton Rodrigues, que vive na mesma cidade. Mas a reunião não foi confirmada.

“Presidir a CPI dos Correios não deve ser fácil, o assédio da imprensa é grande, mas continuaremos insistindo para que ele nos receba para ouvir os argumentos da Odontologia. É o mínimo que o senador deve fazer como parlamentar que representa os interesses da população brasileira”, afirmou o vice do CFO.

*E-mail do senador:*  
delcidio.amaral@senador.gov.br



# Liberdade não tem preço

## CFO estuda viabilidade de adoção de software livre nos conselhos

No dia 17 de junho, o CFO enviou um ofício aos Conselhos Regionais de Odontologia para informar que iniciou estudos de viabilidade e implementação de softwares livres nos sistemas informatizados do Conselho Federal. A pesquisa do CFO está em consonância com a iniciativa do Governo Federal de incentivar e popularizar a adoção de tecnologia de software livre no mercado nacional.

Por software livre entende-se o programa cuja licença de propriedade industrial ou intelectual não restringe seu uso ou alteração de suas características originais para adaptá-lo às necessidades de cada usuário. Ou seja, são programas que possuem código aberto – e por isso permitem a criação de soluções que melhor atendam a cada usuário – e pelos quais não é preciso pagar *royalties* por seu uso. O fato de serem chamados de livres, no entanto, não implica em que sejam gratuitos. Porém, a possibilidade de adequá-lo à necessidade de cada usuário já proporciona uma considerável economia.

Atualmente, os softwares comerciais, como são conhecidos aqueles cuja cópia, redistribuição ou modificação são em alguma medida proibidos pelo seu proprietário, são atualizados com frequência por seus fabricantes, obrigando os usuários a pagarem por novas modificações em suas máquinas. Só a IBM, por exemplo, possui 37 mil patentes e estima-se que anualmente os usuários brasileiros paguem às empresas americanas de computação US\$ 1,1 bilhão apenas pelo uso de licenças. “Uma instituição que adota software livre deixa de ser refém de uma só empresa de tecnologia e não precisa realizar periódicas alterações em seus programas por causa da descontinuidade de suporte ou versões anteriores”, explica o gerente de tecnologia e informação do CFO, Luciano Barreto, coordenador técnico do projeto.

### Com uso parcial de software livre, Governo economiza R\$ 28,5 milhões

O Governo Federal, para pesquisar sobre a aplicação dos programas livres, criou o Comitê Técnico de Implementação do Software Livre, coordenado pelo

ITI - Instituto Nacional de Tecnologia da Informação da Casa Civil da Presidência da República. Entre as diretrizes deste comitê estão: fortalecer e compartilhar as ações existentes de software livre dentro e fora do governo, garantir ao cidadão o direito de acesso aos serviços públicos sem obrigá-lo a usar plataformas específicas e promover as condições para a mudança da cultura organizacional para adoção do software livre. Desde 2003, alguns órgãos federais como a Agência Brasil (Radiobras) e os Ministérios da Cultura, da Defesa, do Desenvolvimento Agrário e das Cidades já deram o exemplo e implementaram programas livres em seus equipamentos. Em apenas um ano, a economia só com o não pagamento de licenças foi de R\$ 28,5 milhões.



Expectativa de economia para CFO e CROs

Numa mensagem que enviou ao 6º Fórum Internacional de Software Livre, ocorrido em Porto Alegre, entre os dias 1 e 4 de junho deste ano, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva reafirmou o seu compromisso com a utilização dos programas livres: “Acredito que os avanços no processo de inovação tecnológica são condição essencial para que o Brasil continue superando os desafios impostos pelo desenvolvimento. Em razão de seu caráter estratégico – que integra praticamente todos os segmentos da economia – já em março de 2004 incluímos o setor de software entre as quatro grandes prioridades de nossa Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior”.

### Frente do Software Livre

Já no Congresso Federal, foi criada em 2003 a Frente Parlamentar Mista de Software Livre e Inclusão Digital (Frensoft), composta por 24 senadores e 138 deputados. Entre estes parlamentares, está um antigo parceiro da Odontologia, o deputa-

do federal Vanderlei Assis (PP-SP), autor do Projeto de Lei 3520/04, que obriga as empresas a adotarem a Odontologia do Trabalho. Como a Frensoft pretende ser um referencial para o desenvolvimento de projetos como a universalização do acesso à Internet e a aplicação do software livre, o CFO poderá agregar conhecimentos à sua pesquisa através deste aliado.

O CFO estuda de que forma pode ser feita a adoção de softwares livres para que tanto seu funcionamento interno, como sua integração com os Conselhos Regionais sejam mais eficazes e econômicos. Mas já se espera que, nos Conselhos Federal e Regionais de Odontologia os softwares livres proporcionem economia com a eliminação de custos com atualizações constantes, criação de programas específicos para as necessidades dos conselhos, independência de fornecedores e mais segurança para informações armazenadas nos equipamentos.

O presidente do CFO, Miguel Nobre, comemora a possibilidade de os Conselhos de Odontologia adotarem o programa livre. “Creio firmemente que o futuro será do software livre, porque será impossível falarmos em democracia sem falarmos em inclusão digital. E o CFO e os CROs têm a responsabilidade de dar este exemplo à sociedade, ajudando a apontar novos caminhos. Torço, inclusive, para que outros Conselhos Profissionais adotem a mesma medida. Quem sabe não lancemos um movimento pela adoção do software livre entre os Conselhos Profissionais?”, entusiasma-se Nobre.

A princípio, o CFO realizará um estudo sobre a possibilidade de implantar softwares livres nos sistemas operacionais e aplicativos de escritório, o que já deve otimizar o uso das máquinas, uma vez que, ao serem adaptados às necessidades do Conselho, os programas não serão tão pesados quanto os atuais. Posteriormente, estudará a utilização de softwares livres para os gerenciamentos de acesso, infra-estrutura e banco de dados arquivados no CFO. “Nestes casos específicos temos que ter muito cuidado porque o Conselho centraliza uma quantidade muito grande de informações e os programas a serem utilizados devem ser os mais seguros possíveis”, comenta Luciano Barreto.

ANA FREITAS



QUER SABER MAIS? FALE COM: gerti@cfo.org.br

## NOTAS

### CFO e o CIOISP 2006



O presidente do CFO Miguel Nobre recebeu, no dia 7 de julho, a visita do presidente da próxima edição do Congresso Internacional de Odontologia de São Paulo (CIOISP) Mario Saddy para tratar da participação desta Autarquia no evento. Ele convidou o CFO para participar, ao lado de diversas entidades nacionais da odontologia, de um seminário sobre educação durante o CIOISP 2006. O presidente do próximo CIOISP, promovido a cada janeiro pela Associação Paulista de Cirurgiões-Dentistas (APCD), adiantou que pretende realizar um simpósio sobre saúde pública e um fórum sobre “valorização profissional”, para os quais conta com a parceria do CFO.

### Novo ministro, antigo aliado



O novo ministro da Saúde José Saraiva Felipe, empossado no dia 11 de julho, afirmou que tentará resolver os problemas imediatos da pasta e prometeu dar continuidade ao trabalho de Humberto Costa. O novo ministro pediu empenho para que o governo Lula possa retomar a governabilidade, especialmente no Congresso.

Em seu terceiro mandato como deputado pelo PMDB de Minas, Saraiva Felipe é médico especializado em saúde pública. Antigo aliado da saúde bucal, participou em 2000, no Rio, da solenidade de aniversário de criação dos Conselhos de Odontologia, quando recebeu do CFO homenagem especial por sua atuação legislativa.



# Mário Ferraro, Conselheiro CFO

**Baiano de Salvador, Mário Ferraro Tourinho Filho é especialista em Saúde Pública e Odontologia Legal e foi presidente do CRO-BA. Desde 2000, é conselheiro federal e presidente da Comissão Mercosul do CFO.**



**Como presidente da Comissão Mercosul, o sr. coordenou dois fóruns, sediados no CFO. Qual sua avaliação destes encontros?**

Bastante positiva, pois graças ao resultado obtido abrimos a perspectiva de realizar um novo encontro mais ampliado em 2006, envolvendo inclusive novas organizações. As ações do Governo federal em relação ao Mercosul foram amplamente discutidas nestes eventos pelos Conselhos Profissionais da área de saúde, com a participação dos Ministérios das Relações Exteriores; Saúde; Educação; Trabalho, e Desenvolvimento, Comércio e Indústria. Ressaltamos que os acordos já estabelecidos e os acordos em discussão pelos países membros foram exaustivamente debatidos com os representantes dos Conselhos Profissionais, que ao final do encontro elaboraram documentos de recomendações ao governo brasileiro.

**Uma das questões mais delicadas do Mercosul é a validação de diplomas. Como a Comissão vê este assunto?**

A revalidação dos diplomas expedidos no exterior por instituições de ensino, tanto para brasileiros como para estrangeiros, continua a ser exercida pelas universidades federais do nosso país ou por elas credenciadas. Nada foi modificado em relação aos países do bloco Mercosul nem aos associados. A comissão do CFO vê com cautela o processo e tem participado conjuntamente com os demais Conselhos Profissionais das discussões travadas no Ministério da Saúde, no Fórum Permanente do Mercosul. Recentemente, o Ministério da Saúde aprovou, através de portaria, o documen-

to “Matriz Mínima de Registro de Profissionais de Saúde do Mercosul”, em consonância com o Grupo Mercado Comum, que funcionará como um cadastro profissional, com a finalidade de permitir a livre circulação de profissionais, nos termos do Tratado de Assunção. Essa matriz informará os dados pessoais do profissional, a formação, registro e até dados mais reservados. Outro documento que no momento está em discussão no fórum fala sobre os princípios éticos para o profissional da área de Saúde do Mercosul.

**“Aprovado em portaria do Ministério da Saúde, entrará em funcionamento um cadastro profissional de todos que atuam na saúde dentro do Mercosul”**

**Após presidir o CRO-Bahia, o sr. é hoje conselheiro do CFO. Quais as principais diferenças entre um e outro?**

O primeiro tem função executiva e política enquanto o segundo tem função mais técnica, mas não menos política. O CFO é uma instância superior de recursos e seus representantes são responsáveis pelos pareceres processuais, nas discussões travadas dentro do seu plenário e na formulação de opiniões junto aos seus pares. Paralelamente, o conselheiro deve ouvir e defender os interesses da sua base estadual. Avalio que o CRO-BA conquistou um espaço político maior na úl-

tima década, com o apoio fundamental de seus ex-dirigentes, de seus delegados regionais, das instituições de ensino, das associações corporativas e do sindicato, em consonância com os seus profissionais e parte da sociedade organizada. Já o CFO tem sido convidado a discutir questões da odontologia e tem avançado muito no processo de discussão com todo o Governo Federal, inclusive com os parlamentares.

**Desde 2000, o sr. participa ativamente do lobby feito pelo CFO em defesa da saúde bucal. Como avalia a atual crise iniciada pelas denúncias de pagamento de mesada a deputados?**

Cabe dizer que os parlamentares baianos têm exercido um papel importante na defesa da Odontologia. Evidentemente que temos uma relação de amizade e distinção com a deputada federal Alice Portugal (PCdoB) e com a vereadora Aladilce Souza (PCdoB), defensoras exaustivas da causa da odontologia. Não esquecendo também os deputados federais Colbert Martins (PPS) e Guilherme Menezes (PT) dentre outros. Em relação à crise instalada no Congresso e no Governo, e sobre a necessidade da reforma política eu sinto que os partidos não podem e não devem estar acima do governo instituído, e que haverá intenso desdobramento sobre as denúncias já colocadas. Eu prefiro ser cauteloso, mas creio que dificilmente, na atual legislação, seja votada a reforma política.



**FALE COM O CONSELHEIRO MÁRIO FERRARO:**  
marioferraro@cfo.org.br

## NOTAS

### Propaganda polêmica

Após alerta da Associação Brasileira de Odontologia, o Conselho Nacional de Auto-Regulamentação Publicitária suspendeu comercial de TV da Coca-Cola, no qual mostra uma jovem abrindo uma garrafa do refrigerante com os dentes. Segundo a ABO, o comportamento apresentado no anúncio pode, se imitado pelo consumidor, causar danos biológicos, funcionais, estéticos e psicológicos, não podendo ser estimulado pelos meios de comunicação.

### Direito à saúde

Foi realizado no dia 17 de junho, em São Paulo, o I Encontro Institucional das Profissões da Área da Saúde, promovido pela ABO-SP. O presidente Miguel Nobre falou sobre a atuação do CFO na manutenção do direito constitucional à saúde junto ao poder público, ao lado de diversas entidades odontológicas.

### Combate ao câncer de boca

Foi lançada em São Paulo, durante o 5º Simpósio Internacional de Prótese sobre Implantes, a Campanha Nacional de Combate ao Câncer de Boca “Sorria para Si Mesmo”, que visa informar à população sobre esse tipo de tumor, sua prevenção e seus sintomas, divulgando a importância do auto-exame. Organizada pelo Instituto Conexão Saúde e inserida no programa “Brasil Sorridente”, a campanha une artistas, governos, Terceiro Setor e iniciativas privadas em prol da causa. O cirurgião-dentista pode exercer importante papel no diagnóstico precoce da doença. Somente ele pode orientar e encaminhar o paciente para o tratamento. Segundo o INCA, este câncer atinge, no País, cerca de 11 mil pessoas por ano, sendo que mais da metade dos pacientes morre porque 80% dos casos são diagnosticados em estágio avançado. Apesar da incidência ser maior nos homens, o percentual entre as mulheres pulou de 18%, na década de 90, para 31% hoje.



**Atualize o seu endereço junto ao CRO**



# Prêmio às prefeituras amigas da saúde bucal

**O Conselho Federal de Odontologia assinou no dia 14 de junho, em Ribeirão Preto (SP), convênio com a empresa Dabi Atlante, que doará, anualmente, um consultório odontológico para o prêmio com o qual CFO e CROs homenagearão o município que mais investir em saúde bucal.**

lançado pelo CFO durante a solenidade de 41 anos dos Conselhos de Odontologia, em 15 de abril, no Rio de Janeiro, este prêmio será concedido a cada ano – sempre durante a cerimônia de aniversário de criação dos Conselhos – ao município que apresentar os melhores números relativos à promoção de saúde bucal.

## "Incentivo a mais" às prefeituras

Segundo o "acordo de parceria" assinado pelo vice-presidente do CFO, Ailton Diogo Rodrigues, e o diretor superintendente da Dabi Atlante, José Miranda da Cruz Neto, o município vencedor será aquele que, ao longo do ano, "melhor se destacar quanto ao atendimento odontológico na rede pública".

O município deverá apresentar resultados positivos dentro dos seguintes critérios: relação número de cirurgias-dentistas na rede pública por habitante; número de equipes de saúde bucal no PSF; número de policlínicas e Centros de Especialidades Odontológicas; (menor) índice epidemiológico em crianças em idade escolar na rede pública; (existência de) sistema de reciclagem dos profissionais da rede pública.

Para o vice-presidente do CFO Ailton Rodrigues, que esteve na fábrica da Dabi acompanhado do superintendente executivo do CFO

Márcio Coimbra, a maior motivação para criar o prêmio foi "a oportunidade de mostrar a importância da odontologia para o poder público e a população". Rodrigues acredita que o prêmio funcionará como "um incentivo a mais" para que as prefeituras invistam numa assistência odontológica mais qualificada e, sobretudo, "à altura das necessidades do cidadão". "Outro fato que consideramos positivo é que esta premiação foi viabilizada sem custo algum, graças à parceria feita com a Dabi Atlante, que confirma com essa atitude ser uma empresa socialmente responsável", destaca.

## Investindo no "círculo virtuoso"

"Esta é uma iniciativa séria, bem pensada", reconhece o diretor superintendente da Dabi, José Miranda da Cruz Neto. "A importância das prefeituras na promoção da saúde bucal é crescente. O reconhecimento, através de premiação, daquelas que efetivamente estão conseguindo resultados deverá servir de exemplo para as demais na elaboração e expansão de seus programas de saúde bucal", avalia. A expectativa do diretor da Dabi é de que com esta medida se desenvolva "um círculo virtuoso de desenvolvimento humano e econômico, do qual fazemos parte." Segundo estatísticas da própria Dabi Atlante, o "percentual governo" nas vendas da empresa oscila entre 5% e 15% do total.

Os Conselhos Regionais de Odontologia analisarão, até o dia 30 de dezembro de 2005, os municípios que tiverem os melhores índices de saúde bucal, escolhendo o que melhor se destacar. A partir daí, o Conselho Federal escolherá, dentre os melhores de cada Estado e do Distrito Federal, aquele que merece receber a homenagem "Os Conselhos de Odontologia no Brasil Sorridente", a ser entregue em abril de 2006, no Rio de Janeiro, durante a solenidade comemorativa da data de criação do CFO e CROs.



Vice-presidente do CFO Ailton Diogo Rodrigues e o diretor da Dabi Atlante José Miranda Neto durante a assinatura do acordo

## A resolução que cria o prêmio

### Resolução CFO 065/2005

Fica criado, no âmbito dos Conselhos de Odontologia, o prêmio "Brasil Sorridente".

O Presidente do Conselho Federal de Odontologia, no uso de suas atribuições regimentais, cumprindo deliberação do Plenário,  
Resolve:

Art. 1º. Fica criado, no âmbito dos Conselhos de Odontologia o prêmio "Brasil Sorridente", a ser concedido anualmente a um município brasileiro que se destacar dentre os critérios nesta estabelecidos.

Art. 2º. O município escolhido será homenageado durante a Solenidade Comemorativa da Data da Criação dos Conselhos de Odontologia, recebendo um equipamento dentário, doado pela Dabi Atlante.

Art. 3º. Os Conselhos Regionais de Odontologia analisarão, até o dia 30 de dezembro de cada ano, os municípios de suas jurisdições, escolhendo o que melhor se destacar e, dentre os melhores de cada Estado da Federação, o Conselho Federal escolherá o melhor dentre todos, para homenageá-lo.

Parágrafo único. Os Conselhos Regionais informarão ao CFO os municí-

pios escolhidos até o dia 31 de janeiro do ano subsequente.

Art. 4º. Respeitando a proporcionalidade, os critérios a serem observados são os seguintes:

- número de habitantes x número de CDs na rede pública;
- maior número de equipes de saúde bucal nas equipes do Programa Saúde da Família;
- maior número de Policlínicas e Centros de Estudos Odontológicos em funcionamento no município;
- menor índice epidemiológico em crianças em idade escolar;
- o que apresentar melhor desempenho na assistência escolar; a paciente com necessidades especiais; e, ao idoso;
- o que apresentar melhor programa de prevenção ao escolar na rede pública; e,
- o que apresentar sistema de reciclagem dos profissionais da rede pública.

Art. 5º. Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação na Imprensa Oficial, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 03 de maio de 2005.  
Miguel Álvaro Santiago Nobre,  
CD, Presidente  
Marcos Luís Macedo de Santana,  
CD, Secretário-Geral



# José Mário Mateus, Conselheiro CFO

**Representante do CFO na Agência Nacional de Saúde, o conselheiro federal José Mário Morais Mateus é presidente da Comissão de Entidades Prestadoras de Assistência Odontológica e membro da Comissão de Tomada de Contas, tendo sido secretário do CRO-MG entre 2001 e 2003.**



## **Fale sobre a experiência como representante do CFO na Câmara de Saúde Suplementar.**

A Câmara de Saúde Suplementar é uma instância consultiva da Agência Nacional de Saúde (ANS) na qual todos os representantes dos segmentos da Saúde Suplementar têm assento: usuários, prestadores e operadoras. Conforme previsto na Lei 9656/98 (que regula as operadoras dos planos de saúde), o CFO tem dois assentos: titular e suplente. Nossa representação teve início em setembro de 2000, logo após a posse da primeira gestão do presidente Miguel Nobre. Atualmente, eu divido esta representação com o conselheiro Benício Paiva Mesquita. Também têm assento Ministérios ligados à área como Saúde, Justiça e Fazenda, órgãos de defesa do consumidor e entidades representativas das secretarias de saúde. As reuniões são agendadas com uma periodicidade de 60 dias, salvo motivo relevante. Dentre os assuntos pertinentes à Odontologia estão a Câmara Técnica de Contratualização, a criação e revisão do rol de procedimentos (RN7) e a proibição da comercialização de “cartões-desconto”.

## **O que vem a ser “cartão-desconto”?**

Uma modalidade de venda de “plano de saúde” através da qual são oferecidos descontos mediante a cobrança da anuidade de um outro cartão. Esse cartão, que não é reconhecido pela ANS, permite ao usuário ser

atendido na rede referenciada com descontos estabelecidos por uma tabela própria da “operadora”. Quando levamos essa questão à ANS ela informou não ter poder legal para intervir. Sugeriu então que denunciássemos o fato ao Ministério Público, que foi o que fizemos. Mais tarde, conseguimos que a ANS editasse uma resolução, publicada no Diário Oficial, estabelecendo limites para a comercialização destes “planos”, colocando, assim, o uso do “cartão-desconto” à margem da lei. Esta resolução já teve efeito positivo, pois aju-

**“Graças a uma resolução, agora, para ter registro na ANS a operadora deve antes estar registrada no CRO do Estado em que atua”**

dou a reduzir a comercialização do “cartão-desconto”.

## **Após um ano de conclusão da CPI dos planos de saúde, há alguma mudança positiva?**

O CFO foi convidado para ser ouvido nesta CPI no dia 31 de junho de 2003, no qual estive presente acompanhando o presidente Miguel Nobre. Na ocasião, relatamos alguns fatos como a exclusão da Odontologia dos planos de referência, denunciarmos a comerciali-

zação dos “cartões-desconto” e alertamos para o não cumprimento do Artigo 8º, inciso I da Lei 9656/98 que versa sobre a necessidade de inscrição das operadoras nos respectivos Conselhos Regionais onde disponibilizam seus “planos”. Como consequência, houve a resolução que versa sobre a obtenção de registro definitivo de operadoras e produtos, constando a necessidade do registro nos Conselhos Regionais, documento este obrigatório para obtenção do registro definitivo na ANS. Outra consequência foi a já citada resolução da ANS que proíbe a comercialização dos chamados “cartões-desconto”.

## **Se o registro nos CROs é obrigatório para obter o registro definitivo na ANS, como explicar um número tão alto de operadoras que se negam a cumprir a lei?**

Não há explicação para as operadoras não cumprirem a lei. Muitas delas estão se esquivando da obrigação de se inscrever no CRO sob o pretexto do registro provisório. Vale dizer que o prazo para o registro provisório de uma operadora, que vencia inicialmente em junho, ganhou da ANS uma prorrogação de 180 dias. Ou seja, a partir de janeiro de 2006 a operadora que continuar sem registro no CRO do Estado em que atua estará operando de forma ilegal e sujeita aos rigores da Justiça.

**FALE COM O CONSELHEIRO JOSÉ MÁRIO:**  
josemario@cfo.org.br

## **N O T A S**

### **Força auxiliar**

CFO e CROs reuniram-se em Brasília, dia 28 de julho, em assembleia extraordinária, para deliberar sugestões ao texto do projeto de lei 1140/03, que regulamenta as profissões de técnico (atual THD) e auxiliar em saúde bucal (atual ACD). O texto votado foi entregue ao relator do PL, deputado Marcelo Barbieri (PMDB-SP).

### **SUS em observação**

Entre os dias 28 e 30 de junho o CFO participou, em Brasília, do “Simpósio sobre Política Nacional de Saúde”, que marcou os 25 anos do início do movimento pela criação do Sistema Único de Saúde (SUS). Ao final, participantes redigiram documento a ser entregue ao novo ministro da Saúde Saraiva Felipe.

Desvios de recursos financeiros; falta de recursos humanos; precarização da infra-estrutura; pouca participação dos Estados na contrapartida a ser investida em saúde – em 2004, somente seis Estados aplicaram a verba garantida pela Constituição. Não são poucos os problemas vividos hoje pelo SUS. Para debatê-los, reuniram-se parlamentares e representantes de diversas entidades das profissões de saúde e dos usuários, bem como do Ministério Público, do Judiciário e dos governos federal, estaduais e municipais. O CFO esteve presente através do vice-presidente Ailton Diogo Rodrigues; do secretário-geral Marcos Santana; do tesoureiro Lester de Menezes; dos conselheiros José Mário Morais Mateus e Mário Ferraro, e da representante do CFO no Conselho Nacional de Saúde Graciara Azevedo. Os CROs da Bahia, do Mato Grosso do Sul e de Pernambuco também marcaram presença. Da Frente Parlamentar de Saúde, participaram, entre outros, os deputados Rafael Guerra (PSDB-MG) e Geraldo Thadeu (PPS-MG).

### **Brasileiro ainda vai pouco ao dentista**

O número de brasileiros que nunca consultaram um cirurgião-dentista permanece alto: 27,9 milhões de pessoas (15,9% da população), segundo pesquisa divulgada em maio pelo IBGE. Em 1998, eram 18,7%.



**Antes de assinar convênio, veja se a operadora está inscrita no seu CRO**



# Discutindo a relação com os planos

## CROs criam comissões para regular relação com planos de saúde

Para entrar no acirrado mercado de trabalho, muitos cirurgiões-dentistas se submetem a convênios com planos de saúde que cobram valores abaixo da tabela, pagam honorários irrisórios e representam uma concorrência desleal frente aos consultórios de atendimento particular. Muitas vezes, estas operadoras se encontram em situação irregular por não possuírem o registro no Conselho Regional correspondente, muito menos o registro obrigatório de funcionamento, concedido pela Agência Nacional de Saúde Suplementar.

No entanto, de acordo com o artigo 5º do Código de Ética Odontológica, o CD não pode manter vínculo com entidades ou empresas quando estas se encontrarem em situação irregular, sob pena de multa ou outras penalidades previstas no código, como suspensão ou até mesmo cassação do registro profissional. Por isso, o CFO procura alertar os CDs para consultarem o seu CRO antes de fechar contrato com qualquer operadora e tem estimulado nos CROs a formação de comissões estaduais de convênios e credenciamentos. O objetivo destas comissões é mediar as relações entre planos de saúde, cirurgiões-dentistas e pacientes para que se estabeleça um diálogo mais saudável e uma condição de trabalho mais digna para o profissional.

### Autonomia para o CD

Hoje, cerca de 60% dos Estados já possuem uma comissão de convênios. Na Bahia, um dos Estados pioneiros, a Comissão de Convênios e Credenciamentos - composta por CRO-BA, ABO-BA e sindicato - foi criada em 1998, ano da promulgação da Lei nº 9656, que normatiza os planos de saúde. De lá para cá, os CDs têm se conscientizado de que não podem perder sua autonomia pro-

fissional ao assinarem convênios com planos de saúde. "Algumas vezes, o CD é obrigado a se submeter a condições absurdas, mas não devem vender sua mão de obra a preço vil, muito menos prejudicar o paciente devido a procedimentos incabíveis, como perícias feitas apenas com radiografias, como exigem algumas operadoras, expondo o paciente desnecessariamente à radiação", argumenta o presidente do CRO-BA, Paulo César Ribeiro.

### Comissão: primeiro passo

Os CROs que já criaram suas comissões terão muito trabalho pela frente. Além de dialogarem com as três partes interessadas (CDs, operadoras e pacientes), devem estipular em seu Estado a Tabela de Valores Referenciais para Procedimentos Odontológicos (VRPO), em conjunto com outras entidades, e divulgá-la nos meios de imprensa disponíveis.

Com a tabela em mãos, inicia-se a negociação com as operadoras de planos de saúde. "A adoção dos valores referenciais para procedimentos odontológicos trata-se de uma luta antiga da classe em busca de remuneração condizente com os custos dos procedimentos. Temos notado que em vários procedimentos os valores pagos não cobrem nem o custo fixo", explica o conselheiro federal José Mário Morais Mateus, representante do CFO na Agência Nacional de Saúde e presidente da Comissão de Entidades Prestadoras de Assistência Odontológica.

Neste momento de negociações, é fundamental que os profissionais se mantenham unidos para conquistarem força nas discussões sobre seus direitos e honorários. "Este tipo de negociação só funciona se houver coesão, porque se um furar o que foi determinado e cobrar um valor mais baixo, a negociação vai por água abaixo", diz Arnaldo Garrocho, presidente do CRO-MG, que há seis meses criou a sua comissão.



## PROFISSIONAIS DE ODONTOLOGIA CARÊNCIA ZERO. CONTRATO EXCLUSIVO

**A Unimed pensando na sua saúde, firmou contrato EXCLUSIVO com o Conselho Federal de Odontologia e, mais uma vez, quem ganha é você. Confira as vantagens:**

- Mais de 11 milhões de usuários.
- 90 mil médicos cooperados.
- Cobertura em todo o território nacional.
- Planos Básico e Especial.

### CARÊNCIA APENAS PARA PARTO

**PREÇOS ESPECIAIS A PARTIR DE R\$ 85,19\***

**Ligue agora e faça a sua adesão**  
**0300-789-6650\*\***

PROMOÇÃO POR TEMPO LIMITADO

INFORMAÇÕES: [www.cfo.org.br](http://www.cfo.org.br)

\* Plano Básico - Faixa etária de 0 a 17 anos.

\*\* Custo da ligação: R\$ 0,30 por minuto + impostos

## O que todo CD deve saber antes de assinar contrato com uma operadora de plano de saúde:

- Todo plano de saúde deve ser registrado na Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), segundo a Resolução da Diretoria Colegiada (RDC) 5 da ANS e o profissional que prestar serviço a um plano que não tenha esse registro pode ser penalizado por atividade irre-

gular, de acordo com o artigo 18 da Lei nº 9656.

- Algumas operadoras possuem registros provisórios, mas até janeiro de 2006 todas já deverão ter registros permanentes e a que continuar atuando sem registro no CRO do Estado em que atua esta-

rá operando de forma ilegal e sujeita aos rigores da Justiça.

- Para saber se um plano de saúde funciona de forma legal, consulte seu CRO, onde este também tem que estar registrado.

- Antes de aceitar valores impostos por operadoras de planos de

saúde, verifique se estes condizem com os valores da Tabela de Valores Referenciais para Procedimentos Odontológicos (VRPO) do seu Estado.

- Não deixe de ler a lei que regula os planos de saúde (Lei nº 9656/98), disponível no site do CFO.

# Ajustando condutas, evitando punições

## CROs incrementam a fiscalização e adotam termo de ajustamento de conduta

Após o final de 2000, o Conselho Regional de Odontologia da Paraíba contabilizava 48 processos éticos sobre cirurgiões-dentistas. Em 2004, esse número caiu para seis. Para a procuradora jurídica do CRO-PB, Regina Helena Gomes de Lima, essa mudança é resultado direto da nova maneira deste CRO lidar com as infrações ao Código de Ética. Ao invés de instaurar imediatamente um novo processo, a Autarquia agora chama o profissional para comunicá-lo sobre a infração cometida. Para evitar a instauração do processo, o cirurgião-dentista assina um termo de ajustamento de conduta. Caso volte a cometer alguma infração, aí sim será aberto processo.

Segundo a advogada do CRO-PB, “até hoje nenhum termo de ajustamento virou processo, e com isso resolvemos os casos de forma mais rápida e barata”.

### Propaganda ilegal

Para o presidente do Conselho Federal de Odontologia, Miguel Nobre, o termo de ajustamento de conduta é a prova de que os CROs podem zelar pela ética profissional sem, necessariamente, ter de recorrer à punição. “Claro que o ajustamento não invalida o processo ético; ele é apenas uma forma racional de tratar o pro-

blema: evita o desgaste de um processo, com todos os seus custos e, o que é mais importante, dá uma segunda chance ao profissional que errou”, raciocina Nobre.

Em tempo: a maioria dos 4.018 processos éticos instaurados entre 2000 e 2004 nos 27 CROs diz respeito à propaganda ilegal.

Há cinco anos, o CRO-São Paulo apresentava 55 processos éticos instaurados; em 2004, já haviam chegado a 224. O presidente da Comissão de Ética do CRO-SP, Ideval Serrano, aponta algumas razões para esse crescimento. “Primeiro, aumentou significativamente o número de cirurgiões-dentistas, e a fiscalização está cada vez mais ativa, além dos próprios CDs que denunciam sobre propaganda irregular de seus concorrentes.” Para Serrano, a busca a qualquer custo por pacientes explica a concorrência desleal.

Outra força inegável na fiscalização são os próprios pacientes. Quem fica insatisfeito com um trabalho logo reclama com o CRO de seu Estado. No Rio de Janeiro, em cinco anos os processos éticos pularam de 15 para 118. O presidente da Comissão de Ética do CRO-RJ, Eduardo Gomes Côrtes Castro, acredita que “o principal motivo desse crescimento é o acesso aos meios de comunicação que passaram a orientar os usuários sobre seus direitos”. Segundo ele, a fiscalização é a mesma e o número cresceu por conta das denúncias dos pacientes. Mesmo argumento do coordenador técnico da fiscalização do CRO-GO, Wilson Ramos, onde os pro-

cessos pularam de 20, em 2000, para 74, em 2004. “Além da intensificação da fiscalização, a denúncia feita por pacientes foi muito significativa”.

Outro Estado que viu a quantidade de processos crescer nos últimos cinco anos foi o Paraná: de 39 para 128. Segundo o presidente da Comissão de Ética do CRO-PR, César José Campanholi, “um dos grandes problemas hoje é o profissional que se vende por qualquer coisa, usando de qualquer meio para ter pacientes, devido à grande concorrência”.

Apesar do volume de processos ter crescido bastante nos principais Estados, a expectativa é de que a adoção do termo de ajustamento de conduta – a exemplo do CRO-PB – colabore para estes cai-

am. Tanto CRO-SP como CRO-PR, ouvidos pelo Jornal do CFO, anunciaram que pretendem implantar a nova prática.

Vale lembrar que tanto o processo ético quanto as penas – que variam entre uma advertência confidencial, suspensão até 180 dias e cassação do registro profissional – são os “meios” indicados para garantir o “fim”: a manutenção da ética profissional e dos direitos do consumidor. Nesse caso, cabe o raciocínio: se o termo de ajustamento de conduta contribuir de fato para a redução das infrações éticas na Odontologia, a classe poderá estar diante de um exemplo positivo em que o “fim” (ética) justifica o “meio” (termo de ajustamento de conduta). Nessa situação hipotética, todos saem ganhando.

## Processos éticos

Dada a importância da ética não só no exercício do mandato político – como tem ficado evidente diante da crise do “mensalão” –, mas também no exercício profissional, o Jornal do CFO levantou os números dos processos éticos de 2004 – em caráter de recurso – julgados pelos Conselhos Federais de Odontologia (CFO) e de Medicina (CFM) e pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). Enquanto o CFO julgou 70 processos, o CFM julgou 231 e a OAB 265. Em 2004, 8,10% dos cirurgiões-dentistas julgados no CFO – em segunda instância – tiveram seu registro suspen-

so temporariamente. Vale lembrar que há hoje cerca de 200 mil profissionais inscritos no CFO, mais de 430 mil no CFM e cerca de 460 mil na OAB.

Enquanto o Senado não instaurou nenhum processo em 2004, a Câmara dos Deputados realizou 42, com alguns sendo arquivados e outros aguardando aprovação da Mesa – um deles cassou este ano o mandato do deputado André Luiz (sem partido-RJ).

Hoje pelo andar das CPIs do Congresso, é impossível prever quantos deputados poderão ser cassados em 2005.

## Odontologia brasileira a serviço de todos

**ABCD** (Associação Brasileira de Cirurgiões-Dentistas)

Tel. (11) 6223-2333/Fax 6221-3612  
E-mail: secretariabcd@apcd.org.br  
Site: www.abcdbrasil.org.br

**ABO** (Associação Brasileira de Odontologia)  
Tel/Fax: (11) 5083-4000  
E-mail: abonacional@uol.com.br  
Site: www.abonacional.com.br

**Abeno** (Associação Brasileira de Ensino Odontológico)  
Tel/Fax. (61) 356-9611  
E-mail: abeno@abeno.org.br  
Site: www.abeno.org.br

**AcBO** (Academia Brasileira de Odontologia)  
Tel/Fax. (21) 2547-8266

E-mail: pgbrigagao@netrio.com.br  
Site: www.acbo.org.br

**CFO** (Conselho Federal de Odontologia)  
Tel: (61) 3234-9909/Fax 3226-1737  
Tel: (21) 2122-2200/Fax 2122-2229  
cfo@cfo.org.br  
www.cfo.org.br

**FIO** (Federação Interestadual dos Odontologistas):  
Tel (62) 285-4619/Fax 285-4824  
E-mail: odonto@fio.org.br  
Site: www.fio.org.br

**FNO** (Federação Nacional dos Odontologistas):  
Tel (21) 2233-5879/Fax 2263-6635  
E-mail: fno@fno.com.br  
Site: www.fno.com.br

## AGENDA

### V Congresso Alagoano de Odontologia

15 a 17 de Setembro de 2005  
Maceió - AL  
Informações:  
tel. (82) 231.2423  
fax (82) 235.1409  
aquinocarvalho@uol.com.br

### X Congresso Nacional de Prótese Dentária

21 a 23 de setembro de 2005  
Rio de Janeiro - RJ  
Informações:  
tel. (21) 2628-3627  
2220-0350

### 5º Congresso da Associação Brasileira de Ortodontia e Ortopedia Facial

8 a 11 de outubro de 2005  
Salvador - BA  
Informações: tel. (71) 2104-3477  
fax: (71) 2104-3434  
www.abor2005.com.br

### XI Congresso Internacional de Odontologia do Distrito Federal - CIODF

12 a 15 de Outubro de 2005  
Brasília - DF  
Informações: tel. (61) 3445.4800  
fax (61) 3445.4848 /www.abo-df.org.br



**Nova!**

**Oral-B®**

**Indicator® Plus**

A escova mais recomendada pelos dentistas ficou ainda melhor!

Oral-B, Copi



Tecnologia de cerdas Indicator®

NOVO cabo Comfort Grip para um melhor controle

Nova cabeça mais arredondada, disponível nos tamanhos

30 35 40  
peq. méd. gde.

5 opções de cores



**ATENDIMENTO  
AO DENTISTA**  
LIGAÇÃO GRATUITA  
**0800-167252**

**Oral-B®**

A marca mais usada pelos dentistas.  
[www.oralb.com.br](http://www.oralb.com.br)





## Reforma política

**Henrique Fontana,**  
Vice-presidente da Frente Parlamentar de Saúde

O enfrentamento decidido à corrupção, desencadeado pelo governo Lula, pode trazer a sensação de que ela aumentou. Na verdade, o que existe no Brasil de hoje é menos impunidade. Quadri-lhas que atuavam no serviço público há mais de 15 anos foram desmontadas. Por que isto não foi realizado antes?

São esforços sem precedentes na história do País. Alguns dados: as operações da Polícia Federal realizadas em 2003/2005 chegaram a 75, prendendo mais de 1400 pessoas. A Controladoria Geral da União já realizou 5800 auditorias e, por sorteio (forma criada pelo atual governo), 681 municípios foram fiscalizados. Criou o Conselho de Transparência Pública e Combate à Corrupção e está instituindo o Sistema Nacional de Ouvidorias. Nas recen-

tes denúncias, definiu o afastamento de toda a direção dos Correios e do Instituto de Resseguros do Brasil, e abertura de investigação pela Polícia Federal, sindicância interna e auditoria, tudo por determinação do governo.

O PT na Câmara decidiu apoiar os pedidos de CPIs, e investigar todas as suspeitas de compra de votos, desde a emenda da reeleição de FHC. Pois, PSDB e PFL, atuais paladinos do combate à corrupção, impediram a instalação de todas as CPIs importantes durante o governo FHC. É bom lembrar que, em 1995, Fernando Henrique extinguiu a Comissão Especial de Investigação. Os princi-

pais casos envolvendo o governo FHC foram o escândalo Sivam, denúncia de tráfico de influência e de propina nas privatizações, compra de voto para a emenda da reeleição, grampos telefônicos durante a privatização do sistema Telebrás, caso Eduardo Jorge, secretário geral do ex-presidente, que recebeu uma série de ligações do ex-juiz Nicolau.

Não é de hoje que ouvimos falar de corrupção envolvendo governos e setores públicos. Nas duas décadas de ditadura não se podia falar publicamente em corrupção. A partir da volta da democracia, o Estado e a sociedade civil vêm amadurecendo politicamente, aperfeiçoando suas instituições democráticas e o controle público sobre os órgãos estatais.

Mas a estrutura que comanda e sobrevive da corrupção neste País precisa ser atacada através de mudanças profundas. Essa triste herança secular exige de todos nós reformas estruturais. É evidente que uma reforma política se faz urgente, realizada de forma republicana e democrática, com a participação da sociedade brasileira. Esta reforma passa obrigatoriamente pelo financiamento público de campanhas e pelo voto em lista, para retirar esta lógica fisiológica que determina a ação de partidos e parlamentares que tentam manter governos reféns de todo o tipo de chantagens.

**“Uma reforma política – com financiamento público de campanhas e voto em lista – se faz urgente”**

**FALE COM O DEPUTADO FEDERAL HENRIQUE FONTANA (PT-RS)**  
[imprensa@henriquefontana.com.br](mailto:imprensa@henriquefontana.com.br)



## Resgatar valores

**Rafael Guerra**  
Presidente da Frente Parlamentar de Saúde

No Congresso, saúde é um tema que conheço por experiência própria, por estudá-lo, pelo qual fui eleito e com o qual tenho compromisso. Sobre saúde, posso falar com conhecimento de causa e com argumentos, não aceitando mentiras nem demagogias.

Estou no segundo mandato, do qual me honro muito, e tenho orgulho de representar meu Estado, fazer uma política honesta, correta, com “p” maiúsculo. Não me agrada ficar no Congresso — gastando o tempo de discussão de projetos importantes para o País — falando sobre corrupção. Recentemente, aprovei projeto de minha autoria que trata dos consórcios públicos municipais. Este projeto é o único sancionado pelo Presidente da República de autoria de um parlamentar de oposição.

Tenho o dever de me manifestar e me posicionar perante a classe política e a sociedade brasileira. No momento em que a esperança parece estar derrotada no coração do povo brasileiro, é importante uma palavra de fé nas instituições, na República e na democracia. O descrédito que se quer lançar sobre a classe política é uma ameaça à democracia. Portanto, uma grande ameaça à República. Não são as denúncias nem o desejo de apurá-las, mas é o descrédito que se quer trazer ao Poder Legislativo, o guardião da democracia no País. Sem um Congresso Nacional atuante, não há democracia.

Não podemos permitir que o Congresso seja enxovalhado, e que toda classe política seja jogada numa vala comum de corruptores e corruptos, que se elegem mentindo, comprando votos e apoios, representando grupos e interesses pessoais ou corporativos. A Nação espe-

ra da classe política, e precisa nela reconhecer, representantes que tenham ideais de construir uma sociedade mais justa, solidária e democrática. É preciso resgatar valores fundamentais como a família, a religião, a cidadania, os direitos humanos, enfim, a ética. A ética na política significa a política a serviço do bem comum, das causas sociais, dos mais pobres, dos direitos humanos, do direito à saúde, à educação, ao emprego, à moradia e à liberdade. A ética na política não admite o poder como fim, a compra e venda de votos, o uso do dinheiro público para corromper pessoas e obter vantagens pessoais nem a demagogia, o populismo e a mentira.

Sei que muitos políticos também pensam assim, respeitando os princípios éticos e os valores morais. É preciso que o povo brasileiro reconheça as pessoas que tenham uma história coerente, compromissos com os mais necessitados, a cidadania e a democracia. Ao invés de deixar mor-

rer a esperança, quero trazer uma palavra de fé e confiança. Que a população compreenda que há políticos e Parlamentares no Congresso Nacional que querem defender seus direitos.

O Brasil já vem passando por uma provação enorme nos últimos dois meses, mas é o preço que temos de pagar. Vamos apurar até o final. Só poderemos levantar a cabeça se resgarmos a honra e a dignidade dos políticos e os valores da sociedade e dos cidadãos brasileiros.

**“A ética na política não admite o poder como fim, a compra e venda de votos, o uso do dinheiro público para corromper pessoas e obter vantagens pessoais”**

**FALE COM O DEPUTADO FEDERAL RAFAEL GUERRA (PSDB-MG)**  
[dep.rafaelguerra@camara.gov.br](mailto:dep.rafaelguerra@camara.gov.br)



Av. Nilo Peçanha, 50 - Grupo 2316 · CEP 20020-100 · Rio de Janeiro/ RJ

Jornal do Conselho Federal de Odontologia · Ano 13 · Nº 66/Mai-Jun de 2005 · Edição Nacional · 282.998 exemplares

**IMPRESSO ESPECIAL CONTRATO Nº 050200293-0 ECT/DR/RJ CONSELHO FEDERAL DE ODONTOLOGIA**

